

Esperanza
Transmissora
de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias	12



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

**Aos Administradores e Acionistas da
Esperanza Transmissora de Energia S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Esperanza Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Esperanza Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Esperanza Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 4 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Esperanza Transmissora de Energia S.A. para cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e mensuração do ativo Imobilizado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias

Veja as Notas Explicativas 8 e 11 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Principal assunto de auditoria

A Companhia possui um contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e em 31 de dezembro de 2018 apresenta em suas demonstrações contábeis regulatórias, o montante de R\$ 589.262 referente ao seu ativo imobilizado. Esses ativos são mensurados ao custo de aquisição ou construção, A depreciação desses itens é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente, sendo que as taxas anuais de depreciação são determinadas pelo órgão regulador. Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado operacional e consequentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos a mensuração do ativo imobilizado como assunto significativo em nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado. Adicionalmente, obtivemos as movimentações ocorridas no ativo imobilizado ao longo do exercício de 2018, efetuamos testes em bases documentais e, confrontamos com os saldos contábeis. Também, efetuamos o recálculo da depreciação com base nas vidas úteis estimadas de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), confrontando o resultado do referido recálculo com os saldos contábeis. Por fim, obtivemos a análise da Companhia sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGC"), e, avaliamos se as informações utilizadas para essa avaliação eram razoáveis e consistentes. Avaliamos ainda a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis regulatórias. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos a mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos

A Esperanza Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 25 de abril de 2019.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

Esperanza Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	19.685	59.970	Fornecedores	12	264	2.508
Concessionarias e permissionárias	10	6.933	3.483	Empréstimos e financiamentos	13	25.887	11.653
Impostos a recuperar		2.107	1.423	Obrigações fiscais		2.653	522
Outras contas a receber		-	3	Taxas regulamentares		380	150
Despesas Pagas antecipadamente		341	402	Partes relacionadas	20	2.244	21.092
		<u>29.066</u>	<u>65.281</u>	Provisões	12	864	12.374
						<u>32.292</u>	<u>48.299</u>
				Não Circulante			
Não Circulante				Empréstimos e Financiamentos	13	386.091	381.615
Imobilizado	11	589.262	599.906			<u>386.091</u>	<u>381.615</u>
Intangível	11	4.678	2.987	Patrimônio líquido			
		<u>593.940</u>	<u>602.893</u>	Capital Social	14	196.301	231.301
				Reserva de Lucros		34.678	6.605
				Lucros/ Prejuízos acumulados		(26.356)	355
						<u>204.623</u>	<u>238.261</u>
				Total Patrimônio líquido		<u>204.623</u>	<u>238.261</u>
Total do Ativo		<u>623.006</u>	<u>668.175</u>	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>623.006</u>	<u>668.175</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Esperanza Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	16	56.727	22.445
Resultado antes dos custos gerenciáveis		56.727	22.445
Custos gerenciáveis parcela "B"			
Outros		-	(12)
Pessoal		-	(29)
Material		(5)	(2)
Serviços de terceiros		(7.274)	(5.622)
Outras despesas		(1.002)	(369)
Despesas com depreciação		<u>(14.784)</u>	<u>(3.908)</u>
	17	<u>(23.065)</u>	<u>(9.942)</u>
Resultado da atividade de concessão		33.662	12.503
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	18	1.127	-
Despesas Financeiras	18	<u>(33.204)</u>	<u>(4.627)</u>
		<u>(32.077)</u>	<u>(4.627)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		1.585	7.876
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	<u>(223)</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>1.362</u></u>	<u><u>7.876</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Esperanza Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	1.362	7.876
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	1.362	7.876

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Esperanza Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Nota	Reserva de lucros			Prejuízos/	Total
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>165.001</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(916)</u>	<u>164.085</u>
Integralização de Capital	66.300	-	-	-	66.300
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.876	7.876
Destinação de lucros á					
Reserva legal	-	330	-	(330)	-
Reserva de lucros a realizar	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.275)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>231.301</u>	<u>330</u>	<u>-</u>	<u>355</u>	<u>238.261</u>
Integralização de Capital	(35.000)				(35.000)
Lucro líquido do exercício				1.362	1.362
Destinação de lucros á					
Reserva legal		1.404		(1.404)	-
Reserva de lucros a realizar				(26.075)	-
Reserva de Incentivos Fiscais			594	(594)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>196.301</u>	<u>1.734</u>	<u>594</u>	<u>(26.356)</u>	<u>204.623</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Esperanza Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	1.362	7.876
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	14.785	3.909
Provisões	(11.510)	6.806
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	27.404	14.177
	<u>32.041</u>	<u>32.768</u>
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento de clientes	(3.450)	(2.478)
Aumento (Redução) de Partes relacionadas (Reclassificado)	(18.848)	9.305
Aumento outras contas a receber	3	304
Redução (aumento) em tributos a recuperar	(684)	(1.301)
Aumento (redução) em despesas antecipadas	61	(343)
Aumento em obrigações sociais e trabalhistas	-	(133)
Aumento em fornecedores	(2.244)	(8.479)
Aumento em obrigações fiscais	2.131	(2.122)
Aumento taxas regulamentares	230	136
	<u>(22.801)</u>	<u>(14.384)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	9.240	18.384
Atividades de investimentos		
Aquisições de bens do imobilizado	(4.141)	(218.349)
Aquisições de intangível	(1.691)	(809)
	<u>(5.832)</u>	<u>(209.886)</u>
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos		
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital, líquido	(35.000)	66.300
Empréstimos e financiamentos obtidos	15.967	440.840
Pagamentos de principal de empréstimo e financiamentos	(6.877)	(240.350)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(17.785)	(18.405)
	<u>(43.695)</u>	<u>248.385</u>
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos		
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>(40.285)</u>	<u>56.885</u>
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	19.685	59.970
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	<u>59.970</u>	<u>3.085</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>(40.285)</u>	<u>56.885</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

A Esperanza Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), controlada pela Cymi Cosnruções e Participações S.A. e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de maio de 2014 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1004 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

2 Da concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 18/2014 - ANEEL, datado de 5 de setembro 2014, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- LT 500 kV Quixadá - Açú III, 241 km;
- LT 500 kV Açú III - João Câmara III, 126 km;
- LT 500 kV João Câmara III - Ceará Mirim II, 61,45 km;e
- LT 230 kV João Câmara II - Ceará Mirim, 65km;
- LT 500 kV Açú III - João Câmara III, 126km

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$ 48.835 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA. Em 02 de dezembro 2018 recebemos RAP de 100% do Contrato de Concessão tendo em vista que todos os trechos acima citados encontravam-se em operação.

Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- Ministério de Minas e Energia (MME) - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014 auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço

público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

3 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

4 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis regulatórias para fins de atendimento ao órgão regulador, ANEEL, foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações regulatórias, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 30 de Abril de 2019.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

A seguir são apresentados os principais julgamentos, efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que afetam mais significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias.

b. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.

c. Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

7 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

8 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou de forma consistente as políticas contábeis descritas abaixo nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

b. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método da taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método da taxa de juros efetiva.

c. Instrumentos Financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio do resultado.

(ii) Ativo Financeiro ao Custo Amortizado

Em 31 de dezembro de 2018 os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam a conta concessionárias e permissionárias e é mensurado pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, conforme CPC 48 / IFRS 9.

d. Redução ao valor recuperável (Impairment)

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecidas nos exercícios apresentados.

e. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

f. Títulos e valores mobiliários

Compreendem os valores mantidos em aplicações financeiras com liquidez imediata.

g. Concessionárias e Permissionárias

Referem-se aos créditos faturado aos agentes do setor conforme determinações do Operador Nacional do Sistema por meio dos Avisos de Créditos (AVCs) mensais. Parcela destes créditos é reconhecida como redução do ativo financeiro da Companhia, oriundo dos serviços de construção prestados e a parcela remanescente, referente aos serviços de operação e manutenção, é reconhecida no resultado do exercício pela prestação destes serviços.

h. Tributação e encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS, respectivamente às alíquotas de 7,60% e 1,65%;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.
- As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

j. Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foi constituída provisão para contingências face à inexistência de riscos com fatos geradores incorridos e/ou discussões em andamento que tenham sido avaliadas pela Administração, suportada pelos seus assessores jurídicos, como risco provável de perda. Mediante confirmação de terceiros e avaliação da Administração em conjunto com os especialistas jurídicos observou-se contingências passivas com prognóstico possível de perda que estão divulgadas na Nota Explicativa 15.

k. Imobilizado

(i) Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

- a.** O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência do contrato operado pela Companhia. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

(ii) Imobilizado em curso

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros líquidos dos rendimentos sobre aplicações financeiras, as variações monetárias, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

l. Intangível

Registrado ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível

9 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa		1
Bancos	1	2.324
Aplicações Financeiras	5.462	57.645
	<u>14.222</u>	
	<u>19.685</u>	<u>59.970</u>

As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 68% a 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo abertura por instituição financeira:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2018	31/12/2017
Banco Santander	Compromissada	68% CDI	-	1.001
Caixa Econômica	CDB	98% CDI	-	49.734
Banco Bradesco	CDB	95% CDI	<u>14.222</u>	<u>6.910</u>
			<u>14.222</u>	<u>57.645</u>

10 Concessionárias e permissionárias

Em 31.12.2018

Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Corrente a Vencer		Corrente Vencida				Provisão para Devedores Duvidosos	Total 2018
	até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Fornecimento de Energia								
Clientes Transmissão	6.788	-	84	4	57	-	-	6.933

Em 31.12.2017

Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Corrente a Vencer	Corrente Vencida
-----------	-------------------	------------------

Esperanza Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2018

	até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão para Devedores Duvidosos	Total 2017
Fornecimento de Energia								
Clientes Transmissão	3.392	-	3	18	70	-	-	3.483

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

11 Imobilizado e intangível

A composição do imobilizado é como segue:

Imobilizado - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Transf. (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Ativo Imobilizado em Serviço								
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	811	-	239	1.050	239	(68)	982	782
Máquinas e Equipamentos	155.417	4.141	447.144	606.702	451.285	(19.167)	587.534	150.995
Subtotal	156.228	4.141	447.383	607.752	451.524	(19.235)	(588.516)	151.777
Ativo Imobilizado em Curso								
Transmissão								
Terrenos / desapropriações	6.051	-	(6.051)	-	(6.051)	-	-	6.051
A Ratear								
Pessoal	605	-	(605)	-	(605)	-	-	605
Materiais	74.212	-	(74.212)	-	(74.212)	-	-	74.212
Serviços	286.332	-	(286.332)	-	(286.332)	-	-	286.332
Outros	763	-	(763)	-	(763)	-	-	763
Resultado financeiro	70.718	-	(70.718)	-	(70.718)	-	-	70.718
Adiantamento a fornecedores	8.645	-	(8.645)	-	(8.645)	-	-	8.645
Material em Depósito	795	-	(57)	738	(57)	-	738	795
Administração								
Máquinas e Equipamentos	8	-	-	8	-	-	8	8
Subtotal	448.130	-	(447.383)	746	(447.383)	-	746	448.130
Total do ativo imobilizado	604.358	4.141	-	608.498	4.141	(19.235)	589.262	599.906

Esperanza Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2018

Imobilizado - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Transf. (C)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Ativo Imobilizado em Serviço								
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	572	-	239	811	239	(29)	782	568
Máquinas e Equipamentos	92.992	-	62.425	155.417	62.425	(4.422)	150.995	92.453
Subtotal	93.564	-	62.664	156.228	62.664	(4.451)	151.777	93.021
Ativo Imobilizado em Curso								
Transmissão	-							
Terrenos / desapropriações	2.605	3.930	(484)	6.051	3.446	-	6.051	2.605
A Ratear								
Pessoal	605	65	(65)	605	-	-	605	605
Materiais	88.931	24.457	(39.176)	74.212	(14.719)	-	74.212	88.931
Serviços	140.495	163.365	(17.528)	286.332	145.837	-	286.332	140.495
Outros	4.312	1.863	(5.412)	763	(3.549)	-	763	4.313
Resultado financeiro	30.994	39.724	-	70.718	39.724	-	70.718	30.994
Adiantamento a fornecedores	24.495	72.378	(88.228)	8.645	160.607	-	8.645	24.495
Material em Depósito	-	795		795	795		795	-
Administração								
Máquinas e Equipamentos	8	-	-	8	-	-	8	8
Subtotal	292.447	306.577	(150.892)	448.130	155.685	-	448.130	292.445
Total do ativo imobilizado	386.010	306.577	(88.228)	604.358	218.349	(4.451)	599.906	385.466

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Ativo Intangível em Serviço									
Servidões	1.085	1.620			2.705	1.620		2.705	1.085
Subtotal	1.085			-	2.705	1.620	-	2.705	1.085
Ativo Intangível em Curso									
Depósitos judiciais	1.902	71			1.973	71		1.973	1.902
Subtotal	1.902	1.691	-	-	1.973	71	-	1.973	1.902
Total do intangível	2.987	1.691	-	-	4.678	1.691	-	4.678	2.987
Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Ativo Intangível em Serviço									
Servidões	406	679	-	-	1.085	679		1.085	406
Subtotal	406	679	-	-	1.085	679	-	1.085	406
Ativo Intangível em Curso									
Depósitos judiciais	1.772	131	-	-	1.902	131	-	1.902	1.772
Subtotal	1.772	131	-	-	1.902	131	-	1.902	1.772
Total do intangível	2.178	810	-	-	2.987	810	-	2.987	2.178

Composição Depreciação:

	Taxas Anuais Médias de Depreciação	2018		2017	
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Transmissão					
Custo Histórico	3,68%	607.752	(19.236)	588.516	151.777
		<u>607.752</u>	<u>(19.236)</u>	<u>588.516</u>	<u>151.777</u>
Em Curso					
Transmissão					
Custo Histórico	N/A	738	-	738	448.121
Administração					
Custo histórico	N/A	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>8</u>	<u>8</u>
		<u>746</u>	<u>-</u>	<u>746</u>	<u>448.129</u>

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação	
(%)	
Transmissão	
Banco de Capacitores	5,88
Barramento	2,5
Condutor	2,7
Disjuntor	3,03
Estrutura (Poste, Torre)	2,7
Transformador	3,3

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações sejam depositadas em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As principais transferências para o imobilizado em serviço em função da unitização (pelo critério de valor) no exercício foram:

	Descrição do bem	em R\$ mil
1	Condutor	293.867
2	Estrutura (Poste, Torre)	63.352
3	Reator	25.581
4	Disjuntor	21.725
5	Sistema de Aterramento	12.410
6	Chave	9.595
7	Transformador de Medida	6.797
8	Estrutura Suporte de Equipamento e de Barramento	3.910
9	Sistema de Radiocomunicação	3.084
10	Sistema de Proteção, Medição e Automação	2.599

A Companhia não apresentou baixas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

12 Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Materiais	-	1.260
Serviços	264	1.242
Provisões (i)	864	12.374
Outros	-	6
	<hr/>	<hr/>
	1.128	14.882
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

(i) Os valores referem-se substancialmente a fornecimento de serviços e equipamentos para a obra.

13 Financiamentos

a. Abertura do endividamento

Instituição / Linha Credora	Juros de Curto Prazo	Principal de CP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Index/ Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencido Final	Frequência Amortização
Financ./Empréstimos													
Moeda Nacional													
BNDES TJLP						Recebíveis e							
SUBCREDITO A	-	7.650	7.650	SIM	23/05/2017	Fiança Bancária	TJLP	2,12%	15/09/2018	Mensal	15/09/2018	15/08/2032	Mensal
BNDES TJLP						Recebíveis e							
SUBCREDITO B	-	556	556	SIM	23/05/2017	Fiança Bancária	TJLP	2,12%	15/09/2018	Mensal	15/09/2018	15/08/2032	Mensal
BNDES TJLP						Recebíveis e							
SUBCREDITO C	-	4.753	4.753	SIM	23/05/2017	Fiança Bancária	TJLP	2,12%	15/03/2018	Mensal	15/03/2018	15/02/2032	Mensal
BNDES TJLP						Recebíveis e							
SUBCREDITO D	-	562	562	SIM	23/05/2017	Fiança Bancária	TJLP	2,12%	15/03/2018	Mensal	15/03/2018	15/02/2032	Mensal
DEBÊNTURES	5.294	7.072	12.366		12/12/2017	Recebíveis	IPCA	6,80%		Bullet		15/09/2030	Bullet
Financ./Empréstimos													
Moeda Nacional	5.294	20.593	25.887										

Instituição / Linha Credora	Juros de Longo Prazo	Principal de LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Index/ Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencido Final	Frequência Amortização
Financ./Empréstimos													
Moeda Nacional													
BNDES TJLP						Recebíveis e							
SUBCREDITO A	603	177.315	177.918	SIM	23/05/2017	Fiança Bancária	TJLP	2,12%	15/09/2018	Mensal	15/09/2018	15/08/2032	Mensal
BNDES TJLP						Recebíveis e							
SUBCREDITO B	44	12.885	12.929	SIM	23/05/2017	Fiança Bancária	TJLP	2,12%	15/09/2018	Mensal	15/09/2018	15/08/2032	Mensal
BNDES TJLP						Recebíveis e							
SUBCREDITO C	350	102.770	103.120	SIM	23/05/2017	Fiança Bancária	TJLP	2,12%	15/03/2018	Mensal	15/03/2018	15/02/2032	Mensal
BNDES TJLP						Recebíveis e							
SUBCREDITO D	41	12.155	12.196	SIM	23/05/2017	Fiança Bancária	TJLP	2,12%	15/03/2018	Mensal	15/03/2018	15/02/2032	Mensal
Debentures	-	79.928	79.928	SIM	12/12/2017	Recebíveis	IPCA	6,80%				15/09/2030	
Financ./Empréstimos													
Moeda Nacional	1.038	385.053	386.091										

b. Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + Juros CP	Total 2018	Total 2017
Dívida Bruta					-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	5.294	20.593	25.887	25.887	11.653
Ativos Financeiros					
Alta Liquidez	-	-	-	-	(57.645)
Dívida Líquida	5.294	20.593	25.887	25.887	(45.992)
Resumo	Juros de longo prazo	Principal longo prazo	Principal + Juros LP	Total 2018	Total 2017
Dívida Bruta					-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	1.038	385.053	386.091	386.091	381.615
Ativos Financeiros					
Alta Liquidez	-	-	-	-	(57.645)
Dívida Líquida	1.038	385.053	386.091	386.091	323.970

BNDES

Com o objetivo de liquidar todos empréstimos pontes iniciais associados com a implementação do projeto Esperanza, a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de longo prazo com taxas de mercado (TJLP314 + 2,12%) mais baixas e estáveis, portando trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante. Em 11 de maio de 2018, tivemos a liberação do subcrédito A3 no valor de R\$ 6.836. O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas “covenants” estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas satisfatoriamente pela Companhia (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida e Índice de Capital Próprio).

Os vencimentos das parcelas de circulante e não circulantes são os seguintes:

	31/12/2018
2019	21.847
2020	21.847
Após 2021	<u>275.990</u>
Total das obrigações	<u><u>319.684</u></u>

Debentures

Com o objetivo de financiar custos associados ao Projeto Esperanza a Companhia teve sua primeira emissão de debêntures devidamente aprovadas mediante AGE, sendo estas debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. Os Coordenadores são instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, devidamente autorizados a operar no mercado de capitais, e concordaram em realizar a distribuição das debêntures junto ao público com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de subscrição. A garantias reais são outorgadas em benefício conjunto do BNDES

e dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, e compartilhadas nos termos, pari passu e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor com o BNDES e os debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (compartilhamento das garantias reais). Em 12 de dezembro de 2017 observou-se a liquidação financeira de R\$87.000, conforme divulgado no quadro de composição dos financiamentos acima.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social - Em reais

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito é de R\$ 196.301.000, dividido em 196.301.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Durante o exercício de 2017 mediante aprovação das respectivas AGE ocorreram quatro aportes de capital totalizando R\$101.300.000 divididos em 101.300.000 de ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Durante o exercício de 2018 mediante aprovação AGE ocorreu a redução de R\$35.000.000 divididos em 35.000.000 de ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada. As reduções de capital foram proporcionais a participação de cada quotista, sendo 50% referente à Cymi Construções e Participações S.A. e 50% referente ao Brasil Energia Fundo de investimentos em participações Multiestratégia.

O capital social da Companhia é composto conforme abaixo :

Composição acionária	31/12/2018		
	Qntd Ações	%	Valor (em reais)
Quotistas			
Cymi Construções e Participações S.A.	98.150.500	50,00%	98.150.500
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	98.150.500	50,00%	98.150.500
Total	196.301.000	100%	196.301.000
Composição acionária	31/12/2017		
	Qntd Ações	%	Valor (em reais)
Quotistas			
Cymi Construções e Participações S.A.	115.650.000	50,00%	115.650.000
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	115.650.000	50,00%	115.650.000
Total	231.301.000	100%	231.301.000

b. Política de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido societário após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido societário apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de Incentivos Fiscais

Conforme laudo constitutivo nº0130/2018 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 21 de setembro de 2018 foi garantido à Esperanza Transmissora de Energia S.A. pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendencia do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027.

Os acionistas em comum abrem mão da constituição dos dividendos mínimos obrigatórios por razões de planejamento financeiros estratégicos, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia.

15 Contingências

As contingências da Companhia são parte em demandas trabalhistas e cíveis em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que não identificaram contingências passivas com prognóstico provável de perda.

Na opinião de seus assessores jurídicos externos, os processos judiciais de natureza trabalhista e cível apresentam em 2018 valores de perda possível estimado em R\$15.513 milhões (*em 2017 R\$16.864*).

16 Receita

	31/12/2018	31/12/2017
Receita anual permitida	<u>63.446</u>	<u>25.069</u>
	<u><u>63.446</u></u>	<u><u>25.069</u></u>

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta	63.446	25.069
(-) PIS e COFINS	(5.925)	(2.317)
(-) P&D ,FNDCT e MME	(571)	(233)
(-)TFSEE	<u>(223)</u>	<u>(74)</u>
Receita líquida	<u><u>56.727</u></u>	<u><u>22.445</u></u>

17 Custos Gerenciáveis

	31/12/2018	31/12/2017
Outros	-	(12)
Pessoal	-	(29)
Material	(5)	(2)
Serviços de terceiros (i)	(7.274)	(5.622)
Outras despesas	(1.002)	(369)
Despesas com depreciação	(14.784)	(3.908)
	<u>(23.065)</u>	<u>(9.942)</u>

- (i) Refere-se substancialmente a serviços de Operação e Manutenção, serviços de assessoria jurídica , assessoria contábil e serviços de telecomunicação.

18 Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Receita de aplicações financeiras	1.127	-
Receitas Financeiras	<u>1.127</u>	<u>-</u>
IOF	(168)	(53)
Multas	(39)	-
Atualização Monetária Empréstimos	(7.791)	(3.385)
Outras Despesas Financeiras	(627)	-
Juros Empréstimo - LP	(24.579)	(1.188)
Despesas Financeiras	<u>(33.204)</u>	<u>(4.627)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(32.077)</u>	<u>(4.627)</u>

19 Imposto de renda e contribuição social

Em 2017

Como resultado desta revisão e alteração de regime de tributação para o Lucro Real a partir de 01 de janeiro de 2017 e tendo em vista à apresentação de prejuízo fiscal, a Companhia não obteve despesas de IR e CSLL correntes registradas em 31 de dezembro de 2017.

Em 2018

As despesas com o imposto de renda e contribuição social nos resultados do exercício em 31 de dezembro de 2018 encontram-se resumidas a seguir.

	31/12/2018				31/12/2017			
	Base de Cálculo	Alíquotas	Total do IRPJ antes do Incentivo	(-) SUDENE - Redução do IRPJ em 75%	Total	Base de Cálculo	Alíquotas	Total
IRPJ Corrente	2.471	15% + 10% Adicional	594	(594)	-	-	-	-
CSLL Corrente	2.471	9%	-	-	222	-	-	-
					<u>222</u>			<u>-</u>
					<u>222</u>			<u>-</u>

20 Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

Transações	Ativo	Passivo	Resultado	
	Contas a receber	Fornecedores	O&M	Gerais e Adm
Setec Soluções Energéticas (i)	-	-	2.640 (a)	884 (b)
Cymi Construções e Participações (ii)	-	17.705	-	-
Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda (iii)	-	3.388	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>-</u>	<u>21.092</u>	<u>2.640</u>	<u>884</u>
Setec Soluções Energéticas (i)	-	337	3.551 (a)	1.419 (b)
Cymi Construções e Participações (ii)	-	1.907	-	-
Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda (iii)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>-</u>	<u>2.244</u>	<u>3.551</u>	<u>1.419</u>

- (i) a. Valor refere-se aos serviços de operação e manutenção para as instalações da Companhia;
- (i) b. Valor refere-se aos serviços e funções de gestão e administração das instalações da Companhia;
- (ii) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construction*) em sistema de *turn key* celebrado entre a Companhia e a Cymimasa

- (iii) Saldo refere-se a serviços de construção e montagem da linha de Transmissão

21 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a. Gerenciamento de riscos

Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito.
- (b) Risco de mercado.
- (c) Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

a. *Riscos de crédito*

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo de contrato e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	19.685	59.970
Concessionárias e Permissionárias (Nota 10)	6.933	3.483
	<u>26.618</u>	<u>63.453</u>

- **Caixa e equivalentes de caixa** - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.
- **Concessionárias e Permissionárias** - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como

um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

b. *Risco de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia foram respectivamente:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras		
CDI	14.222	57.645

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

- **Fonte:** a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	-25% Cenário A	- 50% Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	14.222	Queda da taxa CDI	910	683	455
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
			6,40%	4,80%	3,20%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 6,40% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	25% Cenário A	50% Cenário B
Passivos Financeiros					
BNDES TJLP	319.684	Aumento da TJLP	22.378	27.972	33.567
Debêntures	92.293	Aumento do IPCA + 6,80%	3.692	4.615	5.538
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	25%	50%
TJLP (%)			7,00%	8,75%	10,50%
IPCA + 6,80 (%)			4,00%	5,00%	6,00%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando TJLP e IPCA médio estimado de 7% e 4% respectivamente para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.
- **Risco de captação** - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

c. Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).
- **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

b. Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor Justo por Meio de Resultado
Concessionárias e permissionárias	Custo Amortizado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Custo Amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa equivalentes de caixa** - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- **Concessionárias e Permissionárias** - o ativo de contrato no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado.

A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo de contrato, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo de contrato mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Companhia utiliza as

premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2018. A administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.

- **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

c. Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Descritivo	<u>31/12/2018</u>			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 9)	19.685	-	-	19.685
Concessionária e Permissionária (Nota 10)	6.933	-	-	6.933
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	<u>411.978</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>411.978</u>
Total	<u>438.596</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>438.596</u>
	<u>31/12/2017</u>			
Descritivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 9)	59.970	-	-	59.970
Concessionária e Permissionária (Nota 10)	3.483	-	-	3.483
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	<u>393.268</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>393.268</u>
Total	<u>456.721</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>456.721</u>

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

22 Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação em 31 de dezembro de 2018 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data Vigência	Importância Segurada (R\$ mil)	Prêmio (R\$ mil)
Risco Operacional	30/09/2018 a 30/09/2019		331

150.000

Risco de Responsabilidade Civil	02/12/2018 a 31/05/2019	26.550	98
---------------------------------	-------------------------	--------	----

23 Compromissos assumidos

Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo de acordo com o que estabelece os CPCs números 05, 26 e 45:

- Contrato de EPC - Em 05 de Setembro de 2014 a Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda e a Cymimasa Consultoria e Projetos de Construção Ltda, celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), do licenciamento ambiental, das desapropriações, das servidões e em geral, do conjunto de ações necessárias para início da operação comercial. Até o final do ano de 2018 a projeção de custos para o projeto é de R\$ 527.348 conforme quadro abaixo:

	Até 31/12/2018	2019	Total
Contrato EPC	527.348	-	527.348

- **Contrato de O&M** - Contrato celebrado em 14 de junho de 2016 com a Setec Soluções Energéticas de Transmissão e Controle Ltda, e tem como objeto a prestação de serviços de operação, manutenção (O&M), gestão e administração (G&A) para as Instalações.

A remuneração G&A será paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da Rap pela Companhia. No ano de 2018 foram cobrados R\$1.155 com relação a G&A (R\$1.000 em 2017)

O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA. O previsto em contrato a ser pago pela prestação de serviços é R\$ 1.130 por ano.

Com relação a remuneração O&M será paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da Rap pela Companhia. No ano de 2018 o valor devido foi de R\$ 3.689 (R\$ 2.549 em 2017).

O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA. O previsto em contrato a ser pago pela prestação de serviços é R\$ 2.520 por ano.

24 Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis vigentes na legislação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Desta forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras societárias com as apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias

Balço Patrimonial
Em 31 de Dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018			2017		
		Regulatório	Ajustes/ Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes/ Reclassificações	Societário
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	9	19.685	-	19.685	59.970	-	59.970
Concessionarias e permissionarias	10	6.933	-	6.933	3.483	-	3.483
Impostos a recuperar		2.107	-	2.107	1.423	-	1.423
Outras contas a receber		-	-	-	3	-	3
Despesas Pagas antecipadamente		341	-	341	402	-	402
Ativo financeiro concessão		-	-	-	-	50.572	50.572
Ativo de Contrato		-	71.691	71.691	-	-	-
		<u>29.066</u>	<u>71.691</u>	<u>100.757</u>	<u>65.281</u>	<u>50.572</u>	<u>115.853</u>
Não Circulante							
Ativo financeiro concessão		-	-	-	-	637.241	637.241
Ativo de Contrato		-	741.964	741.964	-	-	-
Imobilizado	11	589.262	(589.254)	8	599.906	(599.898)	8
Intangível	11	4.678	(4.678)	-	2.987	(2.987)	-
		<u>593.940</u>	<u>147.322</u>	<u>741.972</u>	<u>602.893</u>	<u>34.356</u>	<u>637.249</u>
Total do Ativo		<u><u>623.006</u></u>	<u><u>219.723</u></u>	<u><u>842.729</u></u>	<u><u>668.174</u></u>	<u><u>84.929</u></u>	<u><u>753.103</u></u>

	Nota	2018			2017		
		Regulatório	Ajustes/ Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes/ Reclassificações	Societário
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	12	264	-	264	2.508	-	2.508
Empréstimos e financiamentos	13	25.887	-	25.887	11.653	-	11.653
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	-	-	-	-
Obrigações fiscais		2.653	-	2.653	522	-	522
Taxas regulamentares		380	-	380	150	-	150
Partes relacionadas	20	2.244	-	2.244	21.092	-	21.092
Provisões	12	864	-	864	12.374	-	12.374
		<u>32.292</u>	<u>-</u>	<u>32.292</u>	<u>48.299</u>	<u>-</u>	<u>48.299</u>
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos	13	386.091		386.091	381.615	-	381.615
Impostos Diferidos		-	137.516	137.516	-	85.283	85.283
		<u>386.091</u>	<u>137.516</u>	<u>523.607</u>	<u>381.615</u>	<u>85.283</u>	<u>466.898</u>
Patrimônio líquido							
Capital Social	14	196.301	-	196.301	231.301	-	231.301
Reserva de Lucros		9.238	81.292	90.530			
Lucros (Prejuízos) acumulados		(916)	916	-	6.959	(354)	6.605
					<u>238.260</u>	<u>(354)</u>	<u>237.906</u>
Total Patrimônio líquido	14	<u>204.623</u>	<u>82.208</u>	<u>286.831</u>	<u>238.260</u>	<u>(354)</u>	<u>237.906</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>623.006</u>	<u>219.724</u>	<u>842.729</u>	<u>668.174</u>	<u>84.929</u>	<u>753.103</u>

Demonstrações do Resultado
Em 31 de Dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

	2018			2017			
	Nota	Regulatório	Ajustes/ Reclassificações Societário	Regulatório	Ajustes/ Reclassificações Societário	Societário	
Receita operacional líquida		56.727	31.058	87.785	22.445	228.674	251.119
Custo de Construção		-	(2.228)	(2.228)	-	(187.401)	(187.401)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		56.727	28.830	85.557	22.445	41.273	63.718
Custos gerenciáveis parcela "B"	17						
Outros		-	-	(12)	-	(12)	(12)
Pessoal		-	-	(29)	-	(29)	(29)
Material		(5)	-	(5)	(3)	-	(2)
Serviços de terceiros		(7.274)	-	(7.274)	(5.622)	-	(5.622)
Outras despesas		(1.002)	-	(1.002)	(369)	-	(369)
Despesas com depreciação		(14.784)	14.784	-	(3.908)	3.908	-
		(23.065)	14.784	(8.281)	(9.943)	3.908	(6.034)
Resultado da atividade de concessão		33.662	43.614	77.276	12.502	45.181	57.683
Resultado financeiro	18						
Receitas financeiras		1.127	562	1.689	-	1.375	1.375
Despesas financeiras		(33.204)	(4.165)	(37.369)	(4.627)	(33.130)	(37.757)
		(32.077)	(3.603)	(35.680)	(4.627)	(31.753)	(36.380)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		1.585	40.011	41.596	7.875	13.426	21.301
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	(223)	-	(223)	-	-	-

Esperanza Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2018

Imposto de renda e contribuição social diferido	-	(13.300)	(13.300)	-	(7.242)	(7.242)
Lucro líquido do exercício	1.362	26.711	28.073	7.875	6.184	14.059

Ativo financeiro

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, foram contabilizadas conforme os pronunciamentos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e CPC 30 (R1) - Receitas e a interpretação ICPC 01 (R1), respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Empresa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, abrangendo:

- (i) parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e
- (ii) parcela remanescente (valor residual) será classificada como um ativo financeiro em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público com direito incondicional de receber caixa em função da inexistência de riscos de crédito e demanda.

A infraestrutura recebida ou construída de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores durante o prazo da concessão; e
- parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, sendo esta parcela a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes

recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno (“TIR”) de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Para fins de demonstração financeira societária ressaltamos que com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir:

Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (“ONS”) conforme contrato de concessão e recebidos dos

participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção da ICPC 01 (R1) nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo financeiro, vide nota de ajuste 24 Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

Impostos diferidos e correntes

Conforme detalhado na nota de ajuste 23, os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes. Essa rubrica é composta pelo pis e cofins diferidos e IRPJ e CSLL diferidos e efeitos do imposto corrente sobre a Rap.

Patrimônio líquido

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido societário	220.128	237.906
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro	(702.292)	(687.813)
Imobilizado e intangível	593.932	602.885
impostos diferidos	<u>92.855</u>	<u>85.283</u>
Patrimônio líquido regulatório	204.623	238.261

O efeito positivo acima demonstrado é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação da ICPC 01 (R1), líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Receita e Custo de Construção

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro, quando aplicável, decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1). A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos da ICPC 01 (R1) são desconsiderados.

A composição dos ajustes líquidos produzidos pela aplicação do ICPC 01 está demonstrada a seguir:

	2018			2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita bruta						
Receita anual permitida - RAP	63.446	(63.446)	-	25.069	(25.069)	-
Receita de Construção	-	2.539	2.539	-	213.563	213.563
Receita de operação e manutenção	-	3.965	3.965	-	1.522	1.522
Receita financeira	-	71.688	71.688	-	61.343	61.343
Outras receitas	-	(254)	(254)	-	625	625
Total	63.446	14.492	77.938	25.069	251.984	277.053

	2018			2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita líquida						
Receita bruta	63.446	14.492	77.938	25.069	251.984	277.053
Pis e Cofins	(5.925)	(1.284)	(7.209)	(2.317)	(23.310)	(25.627)
P&D, FNDCT e MME	(571)	-	(571)	(233)	-	(233)
TFSEE	(223)	-	(223)	(74)	-	(74)
Total	56.727	13.208	69.935	22.445	228.674	251.119

	2018			2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Custo de Construção						
Custo de construção - transmissão	-	(2.228)	(2.228)	-	(187.401)	(187.401)
Total	-	(2.228)	(2.228)	-	(187.401)	(187.401)

Depreciação e amortização

Os ajustes nesta rubrica são decorrentes dos custos de depreciação e amortização dos ativos de transmissão, na contabilidade regulatória, considerados como ativos financeiros na contabilidade societária.

Resultado financeiro

A composição dos ajustes líquidos produzidos pela aplicação do ICPC 01 e outros está demonstrada a seguir:

- Ajustes ICPC 01
- Encargos sobre empréstimos em empreendimentos em construção

Em 31 de dezembro de 2018 houve ajuste no montante de R\$ 4.165 referente aos encargos financeiros sobre empréstimos vinculados ao empreendimento em construção. No contexto regulatório são considerados como imobilizado e em contra partida no contexto societário, por força do ICPC01, são considerados ativos financeiros.

As receitas de aplicações financeiras também foram reconhecidas no resultado financeiro para fins societários.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia encontra-se 100% operacional por isso para fins regulatórios esses custos são capitalizados.

Imposto de renda e contribuição social corrente

Para fins regulatórios os ajustes ocorreram pois a Companhia encontra-se parte pré operacional e parte operacional, por isso o valor do imposto corrente reconhecido no resultado foi proporcional a receita de transmissão.

Prejuízo/Lucro líquido

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo/Lucro do exercício societário	16.290	14.057
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Receita	(14.492)	(251.982)
Pis/ Cofins	1.284	23.310
Custo de Construção	2.228	187.401
Despesa de depreciação	(14.784)	(3.908)
Resultado financeiro	3.603	31.755
IR/ CS Diferidos e correntes	<u>7.233</u>	<u>7.242</u>
Prejuízo/Lucro do exercício regulatório	1.362	7.875

Atualização do ativo financeiro da concessão, Receita de Construção (ICPC 01)

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e remuneração do ativo financeiro, decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1). A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão eliminando assim os efeitos da ICPC 01 (R1).

Deduções da receita, PIS e Cofins diferidos

Todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

Custos de Construção

Todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Resultado financeiro

Os efeitos do pronunciamento técnico CPC 20, que diz que os custos do empréstimos não são elegíveis de capitalização foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Despesa de depreciação

As despesas de depreciação e amortização referentes o ativo imobilizado/intangível, reconhecido para fins regulatório, são apropriadas no resultado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes

Todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

25 Eventos subsequentes

Em 12 de abril de 2019 foi exercida pelo acionista Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia a opção de compra das ações da Esperanza Transmissora de Energia S.A. por meio de instrumento contratual SPA “*Share Purchase Agreement*” devidamente registrado e assinado pelas partes, desta forma passando o Fundo de Investimento a deter 100% das ações outrora divididas proporcionalmente com a Cymi Construções e Participações S.A. que por sua vez exerceu a opção de venda de sua participação de 50%.